

Se há uma idéia associada ao mundo moderno, é a noção de progresso. (...) A idéia de progresso justificou a transição do feudalismo para o capitalismo. Legitimou que a oposição remanescente à mercantilização de tudo fosse destruída e permitiu descartar os aspectos negativos do capitalismo com base na noção de que os benefícios superavam em muito os prejuízos. Logo, não é surpreendente que os liberais acreditassem no progresso. Surpreendente é que seus oponentes ideológicos, os marxistas, acreditassem no progresso com, pelo menos, a mesma paixão. Essa crença serviu a um importante propósito ideológico. (...) Ao mesmo tempo em que a idéia de progresso justificava o socialismo, também justificava o capitalismo. Era difícil aclamar o proletariado sem antes prestar homenagens à burguesia. (...) A adesão marxista ao modelo evolucionário de progresso tem sido uma enorme armadilha. – IMMANUEL WALLERSTEIN

ISBN 85-85910-38-0



9 788585 910389

Immanuel Wallerstein



Capitalismo histórico

Civilização capitalista

CONTRAPONTO

A MERCANTILIZAÇÃO DE TUDO: PRODUÇÃO DE CAPITAL

O CAPITALISMO é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real. Podemos tentar captá-la por meio de um conjunto de afirmações abstratas, mas seria tolo usá-las para avaliar e classificar a realidade. Por isso, tentarei descrever o que o capitalismo tem sido na prática, como tem funcionado como sistema, por que se desenvolveu das maneiras como se desenvolveu e qual é seu rumo atual.

A palavra capitalismo vem de capital. É legítimo, pois, presumir que o capital seja o elemento-chave do capitalismo. Mas o que é capital? Em certa acepção, é riqueza acumulada. Porém, quando usado no contexto do capitalismo histórico, o conceito tem uma definição mais específica. Não é somente o estoque de bens consumíveis, de máquinas ou de demandas reconhecidas (ou seja, que se expressam sob forma de dinheiro) de coisas materiais. É claro que o capital continua a referir-se, no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado, ainda não consumidos; mas se isto fosse tudo, poder-se-ia dizer que todos os sistemas, desde o do homem de Neanderthal, teriam sido capitalistas; todos possuíam, em algum grau, estoques que materializavam o trabalho passado.

Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é "capital" na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa. Trata-se de um processo complexo, até sinuoso, como veremos. Usamos a expressão "capi-

talistas” para nomear essa meta persistente e autocentrada do detentor de capital (a acumulação de mais capital) e as relações que ele tem de estabelecer com outras pessoas para alcançá-la. É claro que esse objetivo nunca foi exclusivo. Outras considerações se intrometem no processo de produção. Contudo, a questão é identificar que considerações tendem a prevalecer em caso de conflito. Onde a acumulação de capital tenha tido prioridade sobre objetivos alternativos ao longo do tempo, podemos dizer que estamos em presença de um sistema capitalista em operação.

Um indivíduo (ou grupo de indivíduos) pode decidir em qualquer tempo que gostaria de investir capital com o objetivo de adquirir mais capital. Porém, antes de um certo momento na história, esses indivíduos não tinham nenhuma facilidade em conseguir isso. Nos sistemas anteriores, o longo e complexo processo de acumulação do capital era quase sempre bloqueado num ou noutro ponto, mesmo nos casos em que a condição inicial estava presente: a propriedade, ou concentração, de um estoque de bens não consumidos nas mãos de poucos. Nosso capitalista hipotético sempre precisou usar trabalho; logo, tinha de encontrar pessoas que pudessem ser atraídas, ou compelidas, a realizar esse trabalho. Uma vez reunidos os trabalhadores e realizada a produção, era necessário comercializar os bens; precisavam existir um sistema de distribuição e um grupo de pessoas dotadas dos meios necessários para efetuar compras. Os bens tinham de ser vendidos a um preço maior do que os custos totais desembolsados pelo vendedor (incluindo os custos de colocá-los no ponto de venda) e, além disso, a margem (ou diferença) precisava ultrapassar as necessidades de subsistência do vendedor. Em linguagem moderna, tinha de haver lucro. O agente que se apoderava do lucro tinha de ser capaz de retê-lo até surgir uma oportunidade razoável de investi-lo, retornando-se assim ao ponto em que todo o processo recomeçava, desde a produção.

Antes dos tempos modernos, esse encadeamento de processos (às vezes denominado circuito do capital) raramente se completou. Nos sistemas sociais históricos anteriores, os detentores da autoridade política e moral consideravam irracionais e/ou imorais muitos dos elos dessa corrente. Mesmo quando os que detinham o poder se abstinham de interferir, o processo era geralmente abortado por causa da não-disponibilidade de um ou mais elementos: estoque de dinheiro acumulado, mão-de-obra disponível para ser utilizada pelo produtor, rede de distribuidores, consumidores com poder de compra.

Um ou mais elementos faltavam, porque nos sistemas sociais históricos anteriores tais elementos não haviam sido transformados em mercadoria, ou então essa transformação ainda era incipiente. Não se considerava que os processos descritos pudessem ou devessem resultar de transações realizadas em mercados. Por isso, o capitalismo histórico incluiu a ampla mercantilização de processos — não só os de troca, mas também os de produção e de investimento — antes conduzidos por vias não mercantis. No anseio de acumular cada vez mais capital, os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais presentes em todas as esferas da vida econômica. Como o capitalismo é centrado em si mesmo, nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo.

Não bastava mercantilizar os processos sociais. Os processos de produção se vinculavam uns aos outros através de cadeias mercantis complexas. Consideremos, por exemplo, um item de vestuário, um bem amplamente produzido e vendido ao longo da experiência histórica do capitalismo. Para produzi-lo, são necessários, no mínimo, tecido, linha, algum tipo de máquina e força de trabalho. Cada um desses itens, por sua vez, tem de ser produzido, e o mesmo ocorre com os itens que entram na sua produção. Não era inevitável — e nem sequer comum — que

todos os subprocessos dessa cadeia estivessem disponíveis sob a forma de mercadorias. Sem dúvida, como veremos, o lucro é freqüentemente maior quando nem todos os elos da cadeia estão de fato mercantilizados. Em cadeias assim, há um grande e disperso conjunto de trabalhadores que recebem algum tipo de remuneração, lançada como custo em um registro contábil. Há também um conjunto de pessoas, muito menor mas também disperso, que divide de algum modo o excedente criado — ao longo da cadeia mercantil — pela diferença entre os custos totais de produção e a renda total decorrente da venda do produto final. Estas pessoas operam como agentes econômicos distintos e não se reconhecem como parceiros.

Considerando que as cadeias mercantis vinculam muitos processos de produção, a taxa de acumulação para todos os “capitalistas”, vistos em conjunto, dependia do tamanho da margem que podia ser criada, margem que podia flutuar consideravelmente. Porém, a taxa de acumulação obtida individualmente por cada capitalista dependia de um processo de “competição”, com recompensas maiores para aqueles que possuíam mais perspicácia, maior habilidade no controle de sua força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentavam operações mercantis específicas (conhecidas em geral como “monopólios”).

Isso criou a primeira contradição elementar do sistema. O interesse de todos os capitalistas, vistos como classe, seria reduzir todos os custos de produção, mas na verdade essas reduções favoreciam capitalistas específicos, em detrimento de outros. Conseqüentemente, eles preferiam agir para aumentar sua participação em uma margem global menor, em vez de aceitar uma participação menor em uma margem global maior. Havia uma segunda contradição fundamental no sistema. Na medida em que mais capital se acumulava, mais os processos se tornavam mercantilizados e mais mercadorias eram produzidas, para manter o fluxo era necessário garantir um número crescente de

compradores. Contudo, os esforços para reduzir os custos de produção freqüentemente reduziam também a distribuição e circulação do dinheiro, inibindo a expansão estável do número de compradores, necessários para completar o processo de acumulação. Por outro lado, as redistribuições do lucro global, que poderiam expandir a rede de compradores, freqüentemente reduziam a margem global de lucro. Por isso, em seus empreendimentos, os empresários individuais tiveram de agir em uma mesma direção (por exemplo, reduzindo o custo da mão-de-obra); ao mesmo tempo, como membros de uma classe, pressionavam no sentido de aumentar a rede global de compradores (o que exigia aumentar o custo da mão-de-obra, pelo menos para alguns produtores).

Assim, a economia capitalista tem sido governada pela intenção racional de maximizar a acumulação. Mas o que era racional para os empresários não o era necessariamente para os trabalhadores. Mais importante: o que era racional para todos os empresários, vistos como um conjunto, não o era necessariamente para um empresário individual, visto isoladamente. Portanto, não basta dizer que todos perseguiram seus interesses. Com freqüência, o interesse particular levava cada um a realizar, racionalmente, atividades contraditórias com as realizadas pelos outros. Mesmo se ignorarmos o quanto a percepção do interesse individual estava obscurecida e distorcida por véus ideológicos, é preciso levar em conta que a avaliação dos reais interesses de longo prazo se torna, nesses contextos, muito complexa. Até aqui, estou supondo provisoriamente que o capitalismo histórico tenha de fato criado um *homo economicus*, mas estou acrescentando que a posição de cada um era inevitavelmente confusa.

Uma restrição “objetiva” limitou essa confusão. Se um indivíduo comete freqüentes erros de julgamento econômico — por ignorância, estupidez ou preconceito ideológico —, esse indivíduo (empresa) tende a não sobreviver no mercado. As fa-

lências têm sido o duro purgante do sistema capitalista, forçando constantemente os atores econômicos a se manter mais ou menos nos caminhos demarcados e pressionando-os a agir coletivamente de modo a gerar mais acumulação de capital.

Assim, o capitalismo histórico é o *locus* concreto — integrado e delimitado no tempo e no espaço — de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operaram segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas conseqüências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enérgica e organizada.

Usando essa descrição do que queremos dizer com capitalismo histórico, cada um de nós pode determinar a que *locus* concreto, integrado e delimitado no tempo e no espaço, ela se refere. Minha opinião é de que a gênese desse sistema social se situa na Europa no final do século XV; que, de lá para cá, ele se expandiu no espaço até cobrir todo o planeta no final do século XIX; e que ainda engloba a Terra inteira. Compreendo que essa apressada delimitação das fronteiras espaço-temporais provoque dúvidas de dois tipos. Em primeiro lugar, dúvidas empíricas. Estava a Rússia dentro ou fora da economia-mundo européia no século XVI? Quando exatamente o Império Otomano foi incorporado ao sistema-mundo capitalista? Podemos considerar uma determinada área situada no interior de um determinado Estado num determinado momento como verdadeiramente “integrada” à economia-mundo capitalista? São questões importantes, tanto em si mesmas quanto porque, ao tentar

respondê-las, somos obrigados a tornar mais precisas nossas análises dos processos do capitalismo histórico. Mas não é hora nem lugar de tratar dessas numerosas indagações empíricas, sujeitas a debate e elaboração contínuos.

As dúvidas do segundo tipo questionam a própria utilidade da classificação indutiva que acabo de sugerir. Há os que consideram que só existe capitalismo se existir uma forma específica de relação social no local de trabalho, com um empresário privado empregando trabalhadores assalariados. Há os que dizem que quando um Estado nacionaliza as indústrias e proclama seu compromisso com doutrinas socialistas, através desses atos e de suas conseqüências ele rompe sua participação no sistema-mundo capitalista. Estas não são indagações empíricas, mas teóricas. Vamos abordá-las ao longo da nossa discussão. Mas tratá-las dedutivamente seria irrelevante, pois nos levaria a um confronto de crenças, e não a um debate racional. Devemos tratá-las heurísticamente, argumentando que nossa classificação indutiva é mais útil que as alternativas, pois abrange mais fácil e elegantemente o que todos conhecemos sobre a realidade histórica e permite uma interpretação que nos habilita a proceder de modo mais eficaz no presente.

Observemos como o sistema capitalista funcionou realmente. Dizer que o objetivo de um produtor é acumular capital é dizer que ele vai buscar produzir a maior quantidade possível de determinado bem, com a maior margem de lucro para si. Porém, agirá submetido a uma série de restrições econômicas existentes, como dizemos, “no mercado”. Sua produção total é limitada pela disponibilidade (relativamente imediata) de insumos materiais, mão-de-obra, clientes e acesso a dinheiro vivo para expandir os investimentos. A quantidade que ele pode produzir com lucro e a margem de lucro que pode obter também são limitados pela habilidade de seus “competidores” em oferecer o mesmo bem a preços menores; neste caso, não se trata dos competidores existentes no mercado mundial, mas aque-

les situados nos mesmos mercados locais e mais delimitados, nos quais ele de fato atua (não importa como seja definido esse mercado). A expansão da sua produção também será restrita pelo efeito de redução de preços que ela poderá gerar no mercado "local", ameaçando reduzir o lucro total obtido.

Todas essas restrições são objetivas, ou seja, independem de qualquer conjunto particular de decisões tomadas por um determinado produtor ou por outros igualmente ativos no mercado. Decorrem do processo social total que existe em um tempo e lugar concretos. Além delas, é claro que sempre há outras restrições, mais suscetíveis de manipulação. Governos podem vir a adotar, ou podem ter adotado, regras que de algum modo influenciam as opções econômicas e os cálculos sobre lucros; determinado produtor pode ser beneficiário ou vítima dessas regras existentes; também pode tentar persuadir as autoridades políticas locais a mudar as regras para favorecer-se.

Como operaram os produtores para aumentar sua capacidade de acumular capital? A força de trabalho sempre foi um elemento central e quantitativamente significativo do processo de produção. Para acumular, o produtor se preocupa com dois aspectos da força de trabalho: disponibilidade e custo. O problema da disponibilidade tem sido colocado da seguinte maneira: relações sociais de produção fixas (ou seja, uma força de trabalho estável para um determinado produtor) podem ter baixo custo se o mercado for estável e a quantidade de força de trabalho for ótima em um momento dado. Mas, se o mercado para o produto declinar, uma força de trabalho estável aumenta o custo real do produtor; e se esse mercado crescer, uma força de trabalho estável impossibilita o produtor de aproveitar a oportunidade de lucro.

Uma força de trabalho variável também apresenta desvantagens para os capitalistas. Por definição, ela não trabalha necessária e continuamente para o mesmo produtor. Para sobreviver, esses trabalhadores devem preocupar-se com sua remuneração

durante um período longo o bastante para nivelar as variações de sua renda real. Eles têm de ser capazes de ganhar o suficiente, quando empregados, para cobrir os períodos em que não recebam remuneração. Logo, uma força de trabalho variável freqüentemente custa mais (por hora e por indivíduo) do que uma que seja fixa.

Uma contradição — e aqui temos uma — no coração do processo de produção capitalista sempre resulta em um compromisso historicamente desconfortável. Revisemos o que de fato aconteceu. Nos sistemas históricos anteriores ao capitalismo, a maior parte da força de trabalho (embora não toda) era fixa. Em alguns casos, a força de trabalho do produtor era somente ele mesmo ou seu grupo domiciliar; portanto, por definição, era fixa. Em outros, uma força de trabalho de natureza não domiciliar ligava-se a um produtor por meio de diferentes tipos de regulações legais e/ou tradicionais (várias formas de escravidão, sujeição por dívidas, servidão, acordos permanentes de arrendamento etc.). Algumas vezes a sujeição era vitalícia. Em outras, valia por períodos limitados, com possibilidade de renovação; é claro que tais limitações de tempo só fariam sentido se existissem alternativas realistas no momento da renovação. Ora, o caráter fixo desses arranjos colocava problemas não só para os produtores particulares, aos quais a força de trabalho estava sujeita, mas para todos os outros produtores, já que eles só podiam expandir suas próprias atividades na medida em que existisse força de trabalho disponível, ou seja, não fixada.

Como foi freqüentemente descrito, essas considerações descrevem as condições para a ascensão do trabalho assalariado. Nessa situação, existe um grupo de pessoas permanentemente disponível para um emprego, mais ou menos segundo a melhor oferta. É assim que opera o mercado de trabalho, e as pessoas que vendem sua força de trabalho são proletários. No capitalismo histórico houve uma proletarização crescente da força de trabalho — constatação que não é nova nem surpreendente. As

vantagens do processo de proletarização, para os produtores, foram amplamente documentadas. O que surpreende não é que tenha havido tanta proletarização, mas sim que ela tenha sido tão pequena. Tal sistema social histórico existe há pelo menos quatrocentos anos. Apesar disso, não se pode dizer que a força de trabalho realmente proletarizada na economia-mundo capitalista ultrapasse a metade do total.

Essa estatística depende, é claro, de como e o que medimos. Se usarmos as estatísticas oficiais dos governos sobre a chamada população economicamente ativa, principalmente homens adultos que ficam formalmente disponíveis para o trabalho remunerado, a percentagem de trabalhadores assalariados parecerá hoje razoavelmente alta (mesmo assim, quando calculada em escala mundial, é inferior às previstas pelas postulações mais teóricas). No entanto, se considerarmos todas as pessoas cujo trabalho foi incorporado de uma maneira ou de outra às cadeias mercantis — abrangendo virtualmente todas as mulheres adultas e uma proporção muito grande de pessoas nas faixas etárias da adolescência e da maturidade — então nossa percentagem de proletários cai drasticamente.

Vamos dar um passo adicional, antes de fazer nossa avaliação. Do ponto de vista conceitual, será proveitoso aplicar o rótulo de “proletário” a um indivíduo? Eu duvido. Sob o capitalismo histórico, assim como sob os sistemas históricos anteriores, os indivíduos tenderam a viver suas vidas no interior de estruturas relativamente estáveis — que podemos chamar de unidades domiciliares — que partilhavam um fundo comum de renda corrente e de capital acumulado. As fronteiras desses espaços mudavam constantemente por entradas e saídas de pessoas, mas eles não deixavam de ser a unidade de cálculo racional para efeito de remuneração e de gasto. Para viver, as pessoas consideram toda a sua renda potencial, não importa de que fontes, e a avaliam comparando-a com os gastos reais que

têm pela frente. Buscam, pelo menos, sobreviver; aqueles com renda maior buscam desfrutar um estilo de vida que julgam satisfatório; por último, os que têm ainda mais entram no jogo capitalista, tendo em vista acumular capital. Para todos os fins reais, a unidade domiciliar foi a célula econômica engajada nessas atividades, geralmente — mas nem sempre, ou não exclusivamente — a partir de um grupo formado por laços de parentesco. Ela envolvia também, na maioria dos casos, a coabitação, mas essa característica tornou-se menos importante na medida em que a mercantilização progrediu.

Foi no contexto dessa estrutura domiciliar que a distinção social entre trabalho produtivo e improdutivo começou a ser imposta às classes trabalhadoras. O trabalho produtivo passou a ser definido como aquele que recebe remuneração em dinheiro (principalmente, trabalho assalariado) e o não produtivo como aquele que, embora necessário, constitui uma atividade de mera “subsistência”, sem produzir um “excedente” que possa ser apropriado por alguém. Esse trabalho podia estar totalmente fora da esfera mercantil ou envolver uma produção mercantil simples (então verdadeiramente simples). A diferenciação entre tipos de trabalho se ancorou na criação de papéis específicos a eles vinculados. O trabalho produtivo (assalariado) se tornou tarefa principalmente do homem/pai adulto e secundariamente de outros homens adultos mais jovens. O trabalho não produtivo (de subsistência) se tornou tarefa principalmente da mulher/mãe adulta e secundariamente de outras mulheres, além das crianças e dos idosos. O trabalho produtivo era feito fora da unidade domiciliar, no “local de trabalho”. O trabalho não produtivo era feito dentro da unidade domiciliar.

As linhas de separação certamente não eram absolutas, mas sob o capitalismo histórico se tornaram muito claras e coercitivas. A divisão do trabalho por gênero e idade não foi, é claro, uma invenção do capitalismo histórico. É provável que sempre tenha existido, até mesmo pelo fato de que há requisitos

e limitações biológicas (de gênero e de idade) para certas tarefas. Tampouco o grupo hierárquico e/ou a estrutura da unidade domiciliar foram uma invenção do capitalismo. Eles também já existiam.

No capitalismo histórico, o que houve de novo foi a correlação entre divisão de trabalho e valorização do trabalho. Homens e mulheres (assim como adultos, crianças e velhos) freqüentemente realizaram trabalhos diferentes, mas sob o capitalismo histórico houve uma desvalorização do trabalho das mulheres (e dos jovens e velhos) e uma ênfase correspondente no trabalho masculino adulto. Enquanto, em outros sistemas, homens e mulheres realizavam tarefas específicas (mas normalmente comparáveis), sob o capitalismo histórico o homem adulto assalariado foi classificado como “arrimo” do grupo, aquele que ganha o pão, e a mulher adulta trabalhadora doméstica como “dona de casa”. Assim, quando as estatísticas nacionais — elas mesmas um produto do sistema capitalista — começaram a ser produzidas, todos os arrimos foram considerados membros da população economicamente ativa, mas o mesmo não ocorreu com as donas de casa. O sexismo foi institucionalizado. O aparato legal e para-legal de diferenciação e discriminação de gênero foi quase uma decorrência lógica dessa valorização diferencial do trabalho.

Os conceitos de infância/adolescência estendida e de “aposentadoria” não vinculada a doenças ou a deficiências da força de trabalho também foram concomitantes às estruturas das unidades domiciliares emergentes no capitalismo histórico. Foram freqüentemente encarados como isenções “progressistas” do trabalho. Mas podem ser considerados, com maior precisão, como redefinições do não-trabalho. À injúria acrescentou-se o insulto, quando a atividade infantil nos teares e a miscelânea de tarefas dos adultos aposentados foram rotuladas como “divertidas”; a desvalorização desse trabalho aparecia como uma contrapartida razoável da idéia de que estavam liberados do “fardo” do trabalho “de verdade”.

Como ideologia, essas distinções ajudaram a garantir que a mercantilização do trabalho se estendesse mas, ao mesmo tempo, permanecesse limitada. Se, na economia-mundo, calculássemos quantas unidades domiciliares obtiveram do trabalho assalariado, realizado fora de casa, mais da metade de seus ganhos reais (ou de sua renda sob todas as formas), acho que ficaríamos espantados com o baixo percentual; não me refiro apenas aos séculos passados, mas também ao mundo de hoje, embora essa percentagem venha crescendo regularmente ao longo da história da economia-mundo capitalista.

Como explicar isso? Não creio que seja muito difícil. Supondo-se que, sempre e em toda parte, um produtor que empregue trabalho assalariado prefira pagar menos do que mais, o nível salarial mais baixo que os trabalhadores podem aceitar depende do tipo de unidade domiciliar em que eles se inserem. Dito de maneira simples: para trabalhos idênticos, com níveis idênticos de eficiência, o trabalhador assalariado inserido em uma unidade domiciliar muito dependente da renda de salários (vamos chamá-la unidade domiciliar proletária) tendeu a buscar um patamar monetário mais alto (abaixo do qual seria irracional que ele realizasse o trabalho assalariado) do que o trabalhador assalariado oriundo de uma unidade domiciliar pouco dependente da renda salarial (vamos chamá-la unidade domiciliar semiproletária).

Essa diferença no que podemos chamar de patamar salarial mínimo aceitável tem a ver com a economia da sobrevivência. Nas situações em que uma unidade domiciliar proletária dependia principalmente de renda salarial, o salário precisava cobrir os custos mínimos de sobrevivência e reprodução. Porém, quando os salários participavam com uma parte menos importante da renda domiciliar total, tornava-se freqüentemente racional que o indivíduo aceitasse um emprego que aumentava sua renda real total em proporção menor do que o aumento de suas horas trabalhadas, desde que isso resultasse no recebimen-

to do dinheiro vivo de que necessitava (sendo essa necessidade, às vezes, imposta por lei) ou permitisse substituir trabalhos que teriam remuneração ainda menor.

Nas unidades domiciliares semiproletárias, aqueles que produziam outras formas de renda real (basicamente na produção domiciliar para consumo, para venda no mercado local ou para ambos), fossem o próprio assalariado (em suas horas livres) ou outras pessoas (de qualquer sexo ou idade), criavam excedentes que contribuía para baixar o patamar salarial mínimo aceitável. O trabalho não assalariado permitia que alguns produtores diminuíssem a remuneração da força de trabalho, reduzindo assim o custo de produção e aumentando a margem de lucro. Por isso, como regra geral, os empregadores de trabalho assalariado preferiam recrutar trabalhadores assalariados em unidades domiciliares semiproletárias, em vez de proletárias. A realidade empírica global ao longo de todo o capitalismo histórico mostra uma regularidade estatística surpreendente: os trabalhadores assalariados vinculam-se mais a unidades semiproletárias, e não a unidades proletárias. Nossa questão virou subitamente de cabeça para baixo: partindo da busca de explicações para a existência da proletarização, tivemos de explicar por que o processo foi tão incompleto. Agora, porém, temos de ir ainda mais longe: por que houve proletarização?

É muito duvidoso que a crescente proletarização mundial possa ser atribuída principalmente a pressões sociopolíticas das camadas empresariais. Bem ao contrário. Parece que elas tiveram muitas razões para frear o passo. Antes de tudo, como acabamos de argumentar, a transformação de um número significativo de unidades semiproletárias em unidades proletárias em determinada área tendeu a aumentar o nível do salário mínimo real pago pelos empregadores de trabalho assalariado. Em segundo lugar, como veremos depois, o aumento da proletarização teve, para os empregadores, conseqüências políticas negativas e, além disso, cumulativas, terminando por aumentar ainda

mais os níveis dos salários em certas áreas. Os empregadores eram tão pouco entusiastas da proletarização que, além de promoverem a divisão de trabalho por gênero/idade, também estimularam, nos padrões de emprego e através da sua influência na política, a identificação de grupos étnicos definidos, buscando vinculá-los a papéis específicos na distribuição da força de trabalho, com níveis diferenciados de remuneração real. A etnicidade criou uma moldura cultural que consolidou os padrões estruturais das unidades semiproletárias. O fato de que o advento dessa etnicidade também tenha contribuído para dividir as classes trabalhadoras foi um bônus político para os empregadores, mas não foi, creio, o primeiro motor do processo.

Porém, antes de poder compreender como, ao longo do tempo, a proletarização aumentou no capitalismo histórico, temos de retornar à questão das cadeias mercantis que abrigam as múltiplas atividades produtivas. Precisamos nos livrar da imagem simplista de que o "mercado" é um lugar onde se encontram o produtor inicial e o consumidor final. Sem dúvida, tais mercados locais existem e sempre existiram. Porém, no capitalismo histórico, as transações realizadas nesses mercados locais constituíram uma pequena percentagem do total. A maioria das transações envolveu trocas entre dois produtores intermediários situados no interior de uma longa cadeia mercantil. O comprador estava comprando um "insumo" para seu processo de produção. O vendedor estava vendendo um "produto semi-acabado" (não destinado ao uso final no consumo individual direto).

A luta pelos preços nesses "mercados intermediários" exigia um esforço, por parte do comprador, para arrancar do vendedor uma parte do lucro realizado pelos processos de trabalho ao longo da cadeia mercantil. Nas conexões espaço-temporais particulares, oferta e procura determinaram essa luta, mas nunca sozinhas. Em primeiro lugar, oferta e procura podem ser manipuladas através de práticas monopolistas, muito comuns e

nada excepcionais. Em segundo lugar, realizando uma integração vertical, o vendedor pode influir sobre o preço que se pratica no interior da conexão em que está. Sempre que, em última análise, “vendedor” e “comprador” fossem a mesma empresa, o preço podia ser arbitrariamente manipulado para efeito de considerações fiscais e outras; nunca representava a interação da oferta e da procura. A integração vertical, assim como o “monopólio horizontal”, não foi um fato raro. Conhecemos bem os casos mais espetaculares: as companhias privilegiadas dos séculos XVI ao XVII, os grandes comerciantes do século XIX, as corporações transnacionais do século XX — estruturas globais que buscavam abranger tantos elos de uma dada cadeia mercantil quanto possível. Exemplos menores de integração vertical, que cobriam poucos elos (às vezes, dois) de uma cadeia, foram ainda mais comuns. Parece razoável argumentar que, no capitalismo histórico, a norma nas cadeias mercantis foi a integração vertical, e não conexões “de mercado” em que vendedor e comprador fossem de fato distintos e antagônicos.

Mas as direções geográficas das cadeias mercantis não se estabeleceram de forma aleatória. Se as traçássemos todas em um mapa, perceberíamos que assumiram uma forma centrípeta. Seus pontos de origem foram múltiplos, mas seus pontos de destino tenderam a convergir para poucas áreas. Vale dizer, elas tenderam a se deslocar das periferias da economia-mundo capitalista para seus centros ou núcleos. É difícil contestar isso como observação empírica. A verdadeira questão é saber por que foi assim. Falar de cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda

real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* da acumulação de capital.

Quando esse processo começou, as diferenças espaciais eram de fato pequenas e o grau de especialização espacial era limitado. No sistema capitalista, contudo, fossem quais fossem os diferenciais existentes (por razões ecológicas ou históricas), eles foram aumentados, reforçados e cristalizados. O uso da força na determinação do preço foi crucial nesse processo. É claro que o uso da força por uma das partes (para aumentar seu preço em uma transação de mercado) não foi uma invenção do capitalismo. A troca desigual é uma prática antiga. O que é notável no capitalismo como sistema histórico é a maneira como essa troca desigual pôde ser escondida; foi tão bem escondida que até mesmo os oponentes confessos do sistema só começaram a desvelá-la, de forma sistemática, quinhentos anos depois.

A chave para esconder esse mecanismo central está na própria estrutura da economia-mundo capitalista, na aparente separação, nesse sistema, entre o espaço da economia (uma divisão social mundial do trabalho com processos produtivos integrados, todos operando em nome da acumulação incessante de capital) e o espaço da política (organizado ostensivamente em torno de Estados soberanos e separados, cada qual com responsabilidade autônoma por decisões políticas no interior da sua jurisdição, todos dispondo de forças armadas para sustentar sua autoridade). No mundo real do capitalismo histórico, quase todas as cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos Estados. Essa não é uma inovação recente. Aparece nos primórdios do capitalismo histórico. Além disso, a transnacionalidade das cadeias mercantis descreve tanto o mundo capitalista do século XVI quanto o do século XX.

Como funciona essa troca desigual? A partir de qualquer diferencial real no mercado, por causa da escassez (temporária) de um processo de produção complexo ou por uma eventual escassez artificial criada *manu militari*, as mercadorias se deslo-

cam através das regiões de tal modo que a região dotada do artigo menos escasso vende seus bens para outra região a um preço que incorpore mais insumo real (custo) do que um bem de preço igual que se desloque na direção oposta. Parte do lucro total (ou do excedente) produzido numa área transfere-se então para outra. É a relação que se estabelece entre centro e periferia. Podemos chamar a área perdedora de "periferia" e a área ganhadora de "centro", nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos.

Logo descobrimos vários mecanismos que historicamente aumentaram essa disparidade. Sempre que ocorreu uma "integração vertical" de quaisquer dois elos de uma cadeia mercantil foi possível deslocar na direção do centro uma parte maior do excedente total, quando comparado com o que ocorria antes. Além disso, o deslocamento de excedentes para o centro concentrou nele o capital, tornando disponíveis enormes quantidades de recursos para aumentar o grau de mecanização. Isso permitia que os produtores das áreas centrais ganhassem novas vantagens competitivas nos produtos existentes e criassem novos produtos, com os quais podiam recolocar o processo em marcha.

A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados da capacidade, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos. Por isso, os aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar (e mesmo promover) em suas jurisdições uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração e criando (reforçando) as estruturas domiciliares que permitiam a sobrevivência dessa força de trabalho. Assim, o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário, os quais se tornaram dramaticamente divergentes nas diferentes regiões do sistema-mundo.

Dissemos que esse processo tem sido oculto. Com isso queremos dizer que, aparentemente, os preços reais sempre foram negociados em um mercado mundial, com base em forças econômicas impessoais. O aparato de forças, enorme mas dissimulado, esporadicamente usado de maneira aberta em guerras e na colonização, não teve que ser evocado em cada transação separada para garantir que a troca fosse desigual. A força só foi acionada quando determinado nível de troca desigual foi questionado de modo significativo. Ultrapassado o conflito político agudo, as classes empreendedoras do mundo podiam voltar a fingir que a economia se movia exclusivamente por considerações de oferta e procura. Não precisavam desvendar como a economia-mundo tinha chegado a uma configuração particular de oferta e procura, nem reconhecer que relações de força sustentavam em cada momento os diferenciais "costumeiros" nos níveis de salário e na real qualidade de vida da força de trabalho em escala mundial.

Podemos agora retornar à questão de saber por que houve alguma proletarianização. Recordemos a contradição fundamental entre o interesse individual de cada empreendedor e o interesse coletivo de todas as classes capitalistas. A troca desigual serve, por definição, aos interesses coletivos, mas não a muitos interesses individuais. Aqueles cujo interesse não era imediatamente contemplado em qualquer momento dado (porque ganhavam menos que seus competidores) tentavam alterar as coisas em benefício próprio. Em outras palavras, tentavam competir em melhores condições no mercado, tornando sua própria produção mais eficiente ou usando a influência política para criar novas vantagens monopolistas para si.

A competição acirrada entre capitalistas sempre foi uma das *differentia specifica* do capitalismo histórico. Mesmo quando ela pareceu estar voluntariamente restrita (por arranjos formadores de cartel), isso se deveu principalmente ao fato de que cada competidor percebeu que tal restrição otimizava seus próprios

ganhos. Em um sistema caracterizado pela acumulação incessante de capital, nenhum participante pode se dar ao luxo de abandonar o impulso na direção da lucratividade de longo prazo, sob risco de autodestruir-se.

Assim, práticas monopolistas e motivação competitiva são realidades que andam lado a lado no capitalismo histórico. Em tais circunstâncias, é evidente que nenhum padrão específico de ligação dos processos produtivos pode ser estável. Pelo contrário: muitos empreendedores em competição deveriam ter interesse em alterar o padrão específico vigente em um tempo-lugar determinado, sem se preocupar com os impactos globais desse comportamento. Sem dúvida, a "mão invisível" de Adam Smith age para que o "mercado" estabeleça restrições aos comportamentos individuais. Mas esta seria uma leitura curiosa do capitalismo histórico; o resultado dela seria a harmonia.

Em vez disso, o resultado, mais uma vez como observação empírica, parece ser um ciclo alternado de expansões e estagnações no sistema como um todo. Esses ciclos envolveram flutuações de tal magnitude e regularidade, que fica difícil não considerá-las intrínsecas ao funcionamento do sistema. Se me permitem a analogia, elas parecem ser o aparelho respiratório do organismo capitalista, inalando o oxigênio purificador e exalando o refugo venenoso. Analogias são sempre perigosas, mas esta parece ser pertinente. Os refugos acumulados seriam as ineficiências econômicas que, através dos processos de troca desigual, acima descritos, em geral se enrijecem em estruturas políticas. O oxigênio purificador seria uma alocação mais eficiente de recursos (mais eficiente no sentido de propiciar maior acumulação de capital) do que aquela permitida pela reestruturação normal das cadeias mercantis.

O que parece ter acontecido — aproximadamente a cada cinquenta anos — é que, pelo esforço de um número cada vez maior de empreendedores para controlar mais e mais conexões nas cadeias mercantis, ocorreram desproporções de investimen-

to, as quais chamamos, de forma um pouco equivocada, superprodução. A única solução para essas desproporções têm sido crises no sistema produtivo, crises que resultam em uma distribuição mais equilibrada. Isso parece lógico e simples, mas suas seqüelas sempre foram enormes. Esse processo significou, a cada vez, uma concentração maior de operações nos elos mais saturados da cadeia mercantil. Ele implicou a eliminação de empreendedores e de trabalhadores (os que trabalhavam para empresários que quebraram e também os que trabalhavam para aqueles que aumentaram a mecanização para reduzir os custos de produção). Esse processo também permitiu que alguns empreendedores "deslocassem" suas operações na hierarquia da cadeia mercantil, aplicando recursos e esforço para explorar novos elos das cadeias mercantis, os quais, por oferecerem inicialmente insumos "mais escassos", eram mais lucrativos. O "deslocamento" de processos particulares na escala hierárquica também levou a freqüentes transferências geográficas, motivadas principalmente pela mudança para regiões em que o custo da mão-de-obra é inferior (embora, do ponto de vista da área que recebe a indústria, a implantação desta provoque um aumento salarial para alguns segmentos da força de trabalho). Hoje, por exemplo, assistimos a uma transferência maciça, em escala mundial, das indústrias automobilística, siderúrgica e eletrônica. O fenômeno de transferência é parte do capitalismo histórico desde que ele existe.

São três as conseqüências mais importantes desses rearranjos. Uma é a permanente reestruturação geográfica do sistema-mundo capitalista. Contudo, apesar de as cadeias mercantis terem sofrido reestruturações significativas mais ou menos a cada cinquenta anos, preservaram-se as cadeias hierarquicamente organizadas. Processos produtivos têm decaído na escala hierárquica à medida que processos novos são inseridos no topo da hierarquia. Áreas geográficas específicas têm acolhido processos cujos níveis hierárquicos estão em constante alteração. Deter-

minados bens experimentaram seus "ciclos de produto", começando como centrais e acabando como periféricos. Além disso, certos *loci* tiveram seus *status* modificados para cima e para baixo, em termos do bem-estar relativo dos seus habitantes. Esses rearranjos só poderiam ser chamados de "desenvolvimento" se fosse possível demonstrar que se associam a uma redução da polarização global do sistema. Isso não parece ter ocorrido; ao contrário, a polarização tem aumentado ao longo da história. Pode-se dizer, por isso, que as transferências geográficas e de produtos têm sido cíclicas.

Esses rearranjos tiveram uma segunda conseqüência muito diferente. A equívoca palavra "superprodução" chama atenção para o fato de que os impasses de curto prazo sempre estiveram ligados à ausência de uma demanda mundial suficiente para alguns produtos essenciais do sistema. Em situações desse tipo, os interesses da força de trabalho coincidiram com os interesses de uma minoria de empreendedores. A força de trabalho sempre buscou aumentar sua participação no excedente, e os momentos de colapso econômico do sistema freqüentemente proporcionaram um incentivo e algumas oportunidades extras para levar adiante suas lutas de classes. Uma das maneiras mais efetivas e imediatas de a força de trabalho aumentar sua renda real tem sido desenvolver a mercantilização da sua própria mão-de-obra. A força de trabalho sempre buscou substituir os processos produtivos domiciliares que produzem pouca renda real — particularmente os vários tipos de produção de mercadorias triviais — por trabalho assalariado. Um dos impulsos mais importantes à proletarianização vem das próprias forças de trabalho mundiais. Elas compreenderam, freqüentemente melhor do que seus autoproclamados porta-vozes, que a exploração é bem maior nas unidades domiciliares semiproletárias do que nas unidades plenamente proletarianizadas.

Foi nos momentos de estagnação — em parte, respondendo à pressão política das forças de trabalho e, em parte, acreditando

do que mudanças estruturais nas relações de produção trariam benefícios diante de proprietários-produtores competidores — que alguns proprietários-produtores juntaram forças, tanto na esfera produtiva quanto na política, para pressionar a favor do aumento da proletarianização de um segmento limitado da força de trabalho em algum lugar. Esse processo nos dá a indicação mais importante sobre por que a proletarianização aumentou, apesar de, a longo prazo, ela reduzir os níveis de lucro da economia-mundo capitalista.

É nesse contexto que devemos considerar o processo de mudança tecnológica, que tem sido menos o motor do que a conseqüência do capitalismo histórico. Cada "inovação" tecnológica fundamental foi criada primariamente para fabricar produtos novos e "escassos" — como tal, muito lucrativos —, e secundariamente para reduzir de forma mais acelerada o uso de mão-de-obra. As inovações foram respostas aos momentos de baixa nos ciclos econômicos, foram maneiras de se apropriar das "invenções" para promover o processo de acumulação de capital. Elas afetaram, sem dúvida, a organização da produção. Historicamente, fortaleceram a centralização de muitos processos de trabalho (a fábrica, a linha de montagem). Mas é fácil exagerar o porte real das mudanças. Processos de concentração das tarefas físicas da produção foram freqüentemente investigados sem que se levassem em consideração os processos de descentralização a eles contrapostos.

Isso é especialmente verdadeiro se atentarmos para a terceira conseqüência dos rearranjos cíclicos. Observem que, dadas as duas conseqüências já mencionadas, temos um aparente paradoxo a explicar. Por um lado, dissemos que a histórica polarização da distribuição teve relação com a contínua concentração da acumulação de capital. Ao mesmo tempo, contudo, falamos de um processo lento — mas estável — de proletarianização; como também mencionamos, ele reduziu os níveis de lucro. Uma solução fácil seria dizer que o primeiro processo é maior que o

segundo, o que é verdade. Mas, além disso, até aqui, a redução dos níveis de lucro ocasionada pela maior proletarização foi mais do que compensada por um mecanismo que se desdobra na direção oposta.

Outra observação empírica fácil de fazer sobre o capitalismo histórico é que seu âmbito geográfico cresceu regularmente ao longo do tempo. Mais uma vez, o ritmo do processo oferece a melhor pista para explicá-lo. A incorporação de novas áreas à divisão social do trabalho do capitalismo histórico não ocorreu de uma só vez, mas em arrancos periódicos. Cada expansão sucessiva parecia ter alcance limitado. Parte da explicação está no próprio desenvolvimento tecnológico do capitalismo histórico. Melhoras nos transportes, nas comunicações e nos armamentos tornaram mais barato incorporar novas zonas, cada vez mais distantes das áreas centrais. Esta explicação nos oferece uma condição necessária, mas não suficiente, do processo.

Afirmou-se algumas vezes que a explicação estaria na busca constante de novos mercados aptos a realizar os lucros da produção capitalista. Isso não está de acordo com os fatos históricos. As áreas externas ao capitalismo histórico sempre foram compradoras relutantes dos produtos deste, em parte porque seus próprios sistemas econômicos não "precisavam" deles e em parte porque freqüentemente careciam de meios para comprá-los. Houve exceções, é certo. Porém, no fim das contas, sempre foi o mundo capitalista que buscou os produtos das regiões externas a ele, e não o contrário. Sempre que um *locus* particular era militarmente conquistado, os empreendedores capitalistas se queixavam da ausência de mercados reais e operavam através de governos coloniais para "criar gostos".

A busca de mercados não se sustenta como explicação. Uma explicação muito mais plausível é a busca de força de trabalho de baixo custo. As novas áreas incorporadas à economia-mundo estabeleciam níveis de remuneração real que se situavam na parte mais baixa da hierarquia salarial do sistema. Elas quase

não tinham unidades domiciliares completamente proletárias e não foram estimuladas a desenvolvê-las. Ao contrário: as políticas dos Estados coloniais (e dos Estados semicoloniais reestruturados, naquelas áreas incorporadas mas não formalmente colonizadas) pareciam desenhadas para promover o surgimento da unidade semiproletária, a qual, como vimos, viabiliza o patamar salarial mais baixo possível. As políticas estatais típicas envolviam a combinação de mecanismos fiscais, capazes de forçar todas as unidades domiciliares a se engajar em algum trabalho assalariado, e restrições de movimento ou separação forçada dos membros das unidades, o que reduzia consideravelmente a possibilidade de proletarização plena.

Se, a esta análise, acrescentarmos a observação de que as novas incorporações ao sistema capitalista tenderam a ocorrer em fases de estagnação da economia-mundo, torna-se claro que a expansão geográfica do sistema serviu para contrabalançar a queda nos lucros (provocada pelo aumento da proletarização), através da incorporação de novas forças de trabalho destinadas a ser semiproletarizadas. O aparente paradoxo desapareceu. Pelo menos até aqui, o impacto da proletarização sobre o processo de polarização foi compensado, e talvez mais do que compensado, pelos efeitos das incorporações. E os processos de trabalho em fábrica se expandiram menos do que geralmente se diz.

Já dependemos muito tempo delineando como o capitalismo histórico operou no estreito âmbito da economia. Agora estamos prontos para explicar por que o capitalismo emergiu como sistema social histórico. Isso não é tão fácil quanto freqüentemente se pensou. Longe de ser um sistema "natural", como alguns apologistas tentam argumentar, o capitalismo histórico é um sistema patentemente absurdo. Acumula-se capital para que se possa acumular mais capital. Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais rápido. Nesse processo, algumas pessoas vivem bem, mas outras vivem miserável-

mente; e por quanto tempo e até que ponto vivem bem aqueles que vivem bem?

Quanto mais refleti sobre esse sistema, mais absurdo ele me pareceu. Acredito que a grande maioria das populações do mundo esteja — objetiva e subjetivamente — em piores condições materiais do que nos sistemas históricos anteriores. Além disso, como veremos, pode-se argumentar que também estejam politicamente menos afortunadas. Estamos tão imbuídos da ideologia autojustificada do progresso, forjada por esse sistema histórico, que temos dificuldade em reconhecer seus enormes malogros históricos. Mesmo um crítico tão resolutivo do capitalismo histórico como Karl Marx deu grande ênfase ao seu papel historicamente progressista. Eu não acredito nisso, a menos que, por “progressista”, queiramos dizer que ele é historicamente posterior e que suas origens podem ser explicadas por algo precedente. O balanço do capitalismo histórico, ao qual devo retornar, é complexo. Mas, do meu ponto de vista, a avaliação inicial é muito negativa, tanto em termos de distribuição material de bens como de alocação de energias.

Se assim for, por que tal sistema surgiu? Talvez para realizar precisamente este fim. Será plausível a idéia de que a origem de um sistema pode ser explicada por sua capacidade de realizar um fim que já foi de fato alcançado? Sei que a ciência moderna tem nos desviado da busca de causas finais e de quaisquer considerações sobre intencionalidade (haja vista o quanto são difíceis de demonstrar empiricamente). Mas, como sabemos, a ciência moderna e o capitalismo histórico mantêm uma aliança estreita; portanto, devemos desconfiar da autoridade da ciência nessa questão. Permitam-me esboçar uma explicação histórica das origens do capitalismo histórico sem tentar apresentar aqui uma base empírica para o argumento.

No mundo dos séculos XIV e XV, a Europa era o *locus* de uma divisão do trabalho que, comparada com outras áreas do mundo, fazia dela — em termos de forças produtivas, da coesão

do seu sistema histórico e do seu estágio relativo de conhecimento — uma zona intermediária: nem tão avançada como algumas áreas nem tão primitiva quanto outras. Lembremos que Marco Pólo, oriundo de uma das sub-regiões cultural e economicamente mais “avançadas” do continente, ficou muitíssimo impressionado com o que encontrou em suas viagens asiáticas.

A economia da Europa feudal passava nesse período por uma crise interna muito profunda, que sacudia seus alicerces sociais. As classes dominantes destruíam umas às outras, em grande escala. O sistema de propriedade da terra, base da estrutura econômica, se desfazia, e a reorganização em curso apontava para uma distribuição muito mais igualitária. Os pequenos camponeses demonstravam grande eficiência como produtores. As estruturas políticas ficavam em geral mais fracas, e a preocupação com a luta fratricida entre os politicamente poderosos deixava pouco tempo para reprimir a força crescente das massas populares. O cimento ideológico do catolicismo estava sob grande pressão; movimentos igualitários nasciam no seio da própria Igreja. As coisas estavam de fato desmoronando. Continuasse a Europa no caminho em que estava, é difícil acreditar que seus padrões medievais feudais, com seu sistema de ordens altamente estruturado, pudessem consolidar-se novamente. A estrutura social feudal européia teria mais probabilidade de evoluir na direção de um sistema de produtores de pequena escala, relativamente iguais, acabando com a aristocracia e descentralizando as estruturas políticas.

Se isso foi bom ou ruim, e para quem, é uma questão especulativa e de pouco interesse. Mas é claro que a perspectiva deve ter assustado e amedrontado os estratos superiores da Europa, especialmente quando sentiram que sua armadura ideológica também se desintegrava. Comparando a Europa de 1650 com a Europa de 1450, podemos ver que as seguintes coisas ocorreram: em 1650, as estruturas básicas do capitalismo histórico como sistema social viável tinham se estabelecido e conso-

lidado. A tendência de um nivelamento das recompensas fora drasticamente revertida. Os estratos superiores estavam novamente firmes no controle político e ideológico. Quando consideramos as famílias integrantes desses estratos em 1450 e em 1650, constatamos uma continuidade bastante alta. Mais ainda: se substituíssemos 1650 por 1900, descobriríamos que a maioria das comparações com 1450 continuariam a valer. Só no século XX se manifestaram tendências significativas em uma direção diferente, sinal, como veremos, de que o sistema histórico do capitalismo finalmente entrou em uma crise estrutural, após quinhentos anos de florescimento.

Embora não tenha havido intenção explícita nesse sentido, a criação do capitalismo histórico como sistema social reverteu dramaticamente uma tendência que preocupava os estratos superiores, estabelecendo em seu lugar uma outra que servia muito melhor aos seus interesses. Isso é absurdo? Só para aqueles que foram suas vítimas.

A POLÍTICA DE ACUMULAÇÃO: LUTA PELO LUCRO

A ACUMULAÇÃO incessante de capital em nome da acumulação incessante de capital parece, *prima facie*, um objetivo absurdo. Mas teve defensores. Eles geralmente alegaram que o sistema traz benefícios sociais no longo prazo. Vamos discutir depois até que ponto isso é verdadeiro. Mas, à parte quaisquer eventuais benefícios sociais, acumular capital cria a oportunidade e a ocasião para que indivíduos (e/ou pequenos grupos) aumentem muito seu consumo. Se o consumo aumentado melhora de fato a qualidade de vida dos consumidores são outros quinhentos — também devemos adiar essa questão.

A primeira questão que devemos tratar é: quem recebe os benefícios individuais imediatos? A maioria das pessoas não espera uma avaliação dos benefícios de longo prazo ou da qualidade de vida resultante desse consumo (para a coletividade e para os indivíduos) para decidir se vale a pena tentar obter benefícios individuais imediatos, visivelmente disponíveis. Esse foi o foco da luta política no capitalismo histórico. Por isso dizemos que o capitalismo histórico é uma civilização materialista.

Em termos materiais, as recompensas foram grandes para os que despontaram na frente. Além disso, em termos de recompensa material, os diferenciais entre o topo e a base têm sido grandes e crescentes ao longo do tempo, quando observamos o sistema-mundo como um todo. Já discutimos os processos econômicos que explicam a distribuição muito desigual da recompensa. Devemos agora tentar ver como, no interior desse sistema econômico, as pessoas manobram para adquirir vantagens para si e, conseqüentemente, negá-las aos demais. Também devemos observar como manobram os que são vítimas dessa má distribuição, em primeiro lugar para minimizar suas perdas na operação do sistema, e secundariamen-